

L E I N° 1.386/80

Data: 18 de abril de 1980.

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento para aquisição de 1 (uma) pá carregadeira, 2 (duas) motoniveladoras, 1 (uma) acabadora de asfalto e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, decretou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

L E I

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal a tomar financiamento nos moldes da Resolução 45 do Banco Central do Brasil, junto à BANESEDO S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos, para obtenção de Crédito no valor de Cr\$ 8.000.000,00 (oito milhões de cruzeiros) firmando o contrato e títulos respectivos.

Artigo 2º - O financiamento se destinará exclusivamente à aquisição, mediante concorrência pública, dos seguintes equipamentos: 1 (uma) pá carregadeira, de fabricação nacional, nova, com a capacidade mínima de 2 a 3 jardas cúbicas; 2 (duas) motoniveladoras, de fabricação nacional, novas, de até 140 HP; 1 (um) pré-misturadora a frio, de fabricação nacional, nova, com capacidade aproximada de 50 (cinquenta) toneladas-hora, com capacidade aproximada de 300 (trezentas) toneladas-hora.

Artigo 3º - Para melhor execução do contrato, o Poder Executivo fica autorizado a vincular e caucionar valores provenientes das quotas na conta de participação dos municípios no Imposto de Circulação de Mercadorias – ICM, bem como outorgar procuração em caráter irrevogável e irretratável à Financiadora para receber junto ao Banco do Estado do Paraná S.A., ou outro estabelecimento encarregado do pagamento, os referidos valores no limite mensal necessário à liquidação das obrigações contratuais.

Artigo 4º - Para ocorrer o pagamento da parcela não financiada da aquisição, e bem assim das prestações do financiamento, serão utilizados recursos provenientes de verba consignada no orçamento vigente, da seguinte dotação:

500 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos

520 – Divisão de Obras

520/16880212.08/4.1.2.0 – Equipamentos e material permanente Cr\$ 2.000.000,00 fazendo-se consignar nos orçamentos dos exercícios seguintes as dotações orçamentárias competentes para ocorrer o pagamento do saldo débito contraídas em decorrência desta Lei.

Artigo 5º - O Poder Executivo fica autorizado a dar em alienação fiduciária em garantia, à financiadora, os bens descritos no artigo 911 de 30/11/69.

Artigo 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, em 18 de abril de 1980.

José Fernandes da Silva

Prefeito Municipal